

Reuniões dos Conselhos

Nos dias 21 e 26 de maio e 2 de junho, respectivamente, os membros dos Conselhos Administrativo, Deliberativo e Fiscal reuniram-se para tratar de assuntos relativos ao último trimestre. Estiveram na pauta temas como a criação de uma área restrita aos conselheiros no site da entidade (com acesso exclusivo a documentos, atas, comunicados e correspondências para facilitar e agilizar a comunicação), a antecipação do abono e a fiscalização da PREVIC. Foram também definidas as seguintes alterações no Conselho Deliberativo da Bemgeprev: a saída de José Maria Riemma e Silvio Aparecido de Carvalho, substituídos, respectivamente, por Alessandro Tomao e Caio Ibrahim David.

Antecipação do abono

Os assistidos receberam, em maio, adiantamento de 50% do abono anual que será descontado quando do pagamento do abono em dezembro. Não houve incidência de encargos (contribuição, pensão alimentícia, IR) sobre a antecipação, uma vez que esses descontos são feitos somente no mês de dezembro.

No Relatório Anual de 2009, foi publicada indevidamente a composição dos membros suplentes do Conselho Fiscal. Confira abaixo o correto:

Titulares	Suplentes
Presidente Marco Antonio Antunes	Ottavio Aldo Ronco
Conselheiros José Maria Riemma Aguinaldo José do Crato José Daltro Rocha Laiz Maria Martins Lannes	Selma Negro Capeto Luciana Leonina Fernandes Ronaldo Falce Pereira Neto

A versão atualizada do Relatório Anual encontra-se disponível no site da Bemgeprev.

Fiscalização da PREVIC

Desde o dia 12 de março, o plano de benefícios ACMV está sob fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) para verificação de sua governança e controles internos. Trata-se de um processo de rotina da PREVIC no sentido de acompanhar os trabalhos das entidades em todo o país e, se necessário, fazer recomendações de melhoria em suas atividades.

Para isso, diversos documentos da Bemgeprev estão sendo disponibilizados para os auditores como Estatuto, Regulamentos e convênio de adesão dos patrocinadores, dados cadastrais dos integrantes dos órgãos estatutários e livros de atas com o registro das reuniões dos Conselhos e da Diretoria, entre outros. A fiscalização, assim como as auditorias internas e externas, permitem atestar e aprimorar a qualidade dos processos da entidade.

Lembre-se:

Sempre que houver qualquer alteração de endereço ou em seus dados bancários (agência ou conta corrente), o participante assistido deve comunicar a Bemgeprev para evitar falhas no pagamento de seu benefício ou perda de isenção de tarifas bancárias.

fique por dentro

Ouvidoria quer medir e melhorar eficácia

A Ouvidoria Geral da Previdência Social (OGPS) lançou, em maio, um novo indicador – o Tempo Médio de Análise e Processamento da Demanda – desenvolvido para medir quantos dias corridos a equipe da OGPS leva para analisar e encaminhar as manifestações recebidas diariamente pelo órgão. Segundo a assessoria de imprensa do Ministério, o índice, que será divulgado mensalmente, é uma ferramenta para avaliar o padrão de qualidade dos serviços prestados pela Ouvidoria e tornar seu trabalho mais transparente aos milhões de segurados e beneficiários do INSS.

A OGPS é a maior ouvidoria pública da América Latina. Recebe em média 16 mil manifestações por mês, entre reclamações, denúncias, sugestões e elogios. Diariamente, são mais de 500 registros, inclusive nos fins de semana e feriados. O novo

índice medirá o tempo que a equipe leva até dar os seguintes encaminhamentos: enviar a resposta definitiva ao cidadão (quando a solicitação pode ser respondida de imediato) ou remeter o pleito à área técnica solucionadora da Previdência Social que irá atender à demanda.

O prazo ideal, definido pelo novo indicador, é analisar e encaminhar as manifestações em, no máximo, seis dias corridos. Segundo o ouvidor-geral da Previdência Social, Paulo Marcello Marques, esse indicador deriva dos esforços empreendidos nos últimos três anos para agilizar o trabalho da Ouvidoria, melhorando o atendimento. Bom para o segurado do INSS que ganha um novo aliado para reduzir o tempo de espera para solucionar suas demandas.

A Bemgeprev em números

(em milhões de reais)

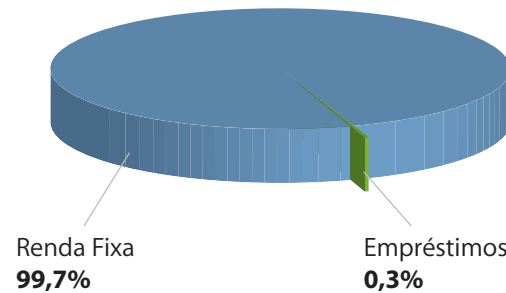
Participantes		Posição Patrimonial		Posição Patrimonial	
(base: abril 2010)		março 2010		março 2010	
Assistidos	1.259	Ativo		Passivo	
		Investimentos	263,8	Exigível	9,8
				Operacional	2,0
				Contingencial	7,8
				Passivo Atuarial	248,9
				Déficit Acumulado	2,4
		Fundos	2,7		
Total	1.259	Total	263,8	Total	263,8

Resultado Acumulado no Período

Descrição	março 2010
Contribuições Recebidas	0,5
Benefícios Pagos	(7,3)
Resultado dos Investimentos	12,4
Despesas Administrativas	(0,1)
Provisões Matemáticas	(2,9)
Provisões para Contingências	(0,1)
Fundos	(0,1)
Superávit	2,4

Composição dos Investimentos

(base: março 2010)



colar etiqueta aqui



Informativo bimestral da Fundação Bemgeprev – Rua Góltacazes, 15, 9º andar, Centro, CEP 30190-050, Belo Horizonte, MG, tel. (31) 3249-9837/9856 • Elaboração: Palavra, Oficina de Textos, tel. (11) 3034-0007 • Jornalista responsável: Beth Leites (MTB 20.273) • Projeto gráfico: Hiro Okita Tiraagem: 1.310 exemplares.

Contato Bemgeprev
(31) 3249-9837 ou 3249-9856

A Fundação Bemgeprev não se responsabiliza por decisões tomadas com base nas matérias divulgadas nesta publicação.

COM VOCÊ

Informativo bimestral da Fundação Bemgeprev

maio/junho 2010 ano 4 nº 21

Crédito consignado deve ser usado com prudência

Uma das modalidades de empréstimo que mais cresce no Brasil, o crédito consignado exige muita cautela para não comprometer o orçamento mensal.

Facilitar o acesso de aposentados e pensionistas a recursos financeiros com menos burocracia e juros mais baixos. Com esse objetivo, o governo criou, em dezembro de 2003, um programa de empréstimos via crédito consignado que permite o desconto do valor das prestações diretamente das pensões ou aposentadorias do INSS. A margem de comprometimento máxima é de 30% do benefício.

As condições atrativas muitas vezes levam ao exagero. Por isso, a decisão de utilizar o crédito consignado requer muito cuidado para não sacrificar por demais os ganhos mensais. O alerta vem, em coro, de especialistas e dirigentes de associações de aposentados e pensionistas que apontam uma tendência perigosa: os empréstimos não estão sendo usados para fazer frente a despesas emergenciais, mas para pagamentos do dia a dia ou – ainda pior – por familiares que solicitam aos assistidos recursos para aquisição de geladeiras, fogões e aparelhos de TV...

Isso reduz a margem para necessidades reais que podem surgir a qualquer momento. Os números ilustram essa realidade: de janeiro de 2009 a abril de 2010, os contratos de consignado alcançaram R\$ 31,38 bilhões, sendo R\$ 8,91 bilhões nos quatro primeiros meses de 2010.

Produzidas pelo Itaú Unibanco em 2009, as cartilhas do programa “Uso Consciente do Dinheiro” pode ser extremamente úteis para orientar os assistidos – e toda a população – sobre as melhores formas de utilizar seus recursos financeiros, estabelecer o orçamento doméstico e, se necessário, solicitar crédito. São oito títulos diferentes, sendo um deles especificamente sobre crédito. As cartilhas podem ser acessadas no site www.itau.com.br/usoconsciente. Lá o visitante encontra inclusive um simulador de orçamento familiar que pode ser preenchido no próprio site, permitindo o acompanhamento real da situação dos ganhos e gastos mensais.

Endividamento consciente

Três aspectos importantes para saber se o crédito é ou não um bom negócio:

1. Analise o empréstimo dentro de seu orçamento total e não isoladamente.
2. Avalie qual o crédito mais adequado para suas necessidades.
3. Compare as condições oferecidas no mercado.

Fonte: Cartilha “Uso Consciente do Crédito”, Itaú Unibanco.



Mais um encontro para falar sobre previdência

O primeiro encontro foi em dezembro de 2006 e, desde então, as entidades de previdência complementar ligadas ao Itaú Unibanco promovem eventos semestrais para discutir os mais diversos temas que dizem respeito, direta ou indiretamente, ao sistema previdenciário. Os convidados são os representantes das associações de aposentados e agora também os conselheiros eleitos pelos participantes.

No dia 18 de maio, eles se reuniram em São Paulo (SP) para um almoço seguido de uma palestra de Carlos Alberto de Paula, diretor de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), sobre “Aspectos Institucionais e Desafios da Previdência Complementar Fechada”. Na apresentação, Carlos de Paula traçou um amplo panorama que incluiu aspectos legais do sistema, o perfil dos fundos de pensão no Brasil, os investimentos do setor, sua regulação, fiscalização e os desafios para sua expansão (confira, nas páginas ao lado, os principais temas abordados pelo diretor da PREVIC).



Da esquerda para direita: Messias Caetano Neto, Sílvio Caitano da Fonseca e Aguinaldo José do Crato.

Maior integração

O objetivo dos encontros é possibilitar uma ampla visão dos numerosos fatores que impactam a previdência pública e a complementar. Dessa forma, os convidados podem compreender melhor a complexidade do setor, tornando-se ainda mais capazes para responder às dúvidas e solicitações dos participantes.

Na visão dos convidados, esse objetivo vem sendo plenamente atendido. “O palestrante foi claro e objetivo, demonstrando dominar perfeitamente o tema em discussão. Os conhecimentos apresentados nos encontros são de suma importância não só para os ocupantes de cargos estatutários, mas também para os dirigentes das associações. Nós sempre repassamos o conteúdo das palestras aos participantes via o Jornal da AJUBEMGE.”, avalia Messias Caetano Neto, conselheiro da Fundação Bemgeprev e representante da AJUBEMGE, que esteve no evento que reuniu cerca de 40 pessoas. Esse é também outro aspecto importante apontado pelos convidados: a oportunidade de integração entre representantes das associações, profissionais do Itaú Unibanco, diretores e conselheiros das entidades.



Fotos: Eduardo de Sousa

As associações convidadas

- AFAB**
Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado
- AFABEG**
Associação dos Aposentados do Banco BEG
- AFACI**
Associação dos Funcionários Aposentados do Conglomerado Itaú
- AJUBEMGE**
Associação Nacional dos Aposentados, Pensionistas, Funcionários e Ex-funcionários do Conglomerado Bemge
- ANAB**
Associação Nacional dos Aposentados da Banorte Fundação
- APATREVO**
Associação Civil dos Participantes Assistidos, Pensionistas e Vinculados do Trevo – Instituto Bandeirantes de Seguridade Social

Um sistema com bases sólidas para crescer

O sistema de previdência complementar brasileiro vem passando por um profundo processo de amadurecimento nos últimos anos, baseado na transparência, estabilidade de suas regras, busca de uma estrutura de supervisão que tenha quadros estáveis com profissionais especializados e sobretudo no fomento. Um grande avanço foi dado no final do ano passado com a criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) que substitui a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e apresenta autonomia administrativa e financeira para realizar uma supervisão adequada e condizente com o tamanho do sistema, bem como contribuir para o desenvolvimento do setor.

“Estamos prontos para crescer”, sentenciava Carlos Alberto de Paula, diretor de Análise Técnica da PREVIC, um profissional que conhece muito bem o assunto. Formado em Direito, de Paula é especialista na área de seguros e previdência complementar desde 1991. Na SPC, atuou como coordenador-geral de Projetos Especiais e Fomento e secretário-adjunto antes de assumir seu atual cargo na PREVIC. Ao falar no último encontro das associações de aposentados (veja matéria ao lado), o diretor mostrou-se otimista diante das perspectivas para o



Eduardo de Sousa

Modelo vitorioso

“O Brasil tem hoje um modelo de previdência complementar de sucesso. Ao longo das três últimas décadas, temos dado uma demonstração clara para a comunidade internacional de que nosso modelo pode ser uma boa referência de proteção social. Nossa legislação possui avançados mecanismos de incentivo ao ingresso no sistema, tanto para participantes quanto para patrocinadores. A PREVIC é a consolidação desse processo de fortalecimento da previdência complementar como órgão técnico

com estrutura própria. Temos o desafio de zelar pela manutenção de um sistema saudável, pelo direito dos principais atores desse processo - ou seja, os participantes - e também pelo fomento da previdência complementar com vistas ao ingresso de novos patrocinadores e instituidores.”

O papel do Estado

“O Estado tem quatro atribuições fundamentais: formular a política de previdência complementar com o objetivo de compatibilizá-la com o desenvolvimento social e econômico do país; determinar padrões mínimos de segurança para preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos; fiscalizar e aplicar penalidades; e assegurar a transparência dos planos em favor dos participantes, além de proteger seus interesses. No que diz respeito à fiscalização, nosso foco nos últimos anos tem sido a supervisão baseada em riscos – ou seja, queremos dar mais ênfase ao monitoramento e recomendação das melhores práticas a partir dos riscos que envolvem a gestão de uma entidade à luz dos novos tempos de um mundo globalizado.”

Atuação da PREVIC

“O desenvolvimento socioeconômico do Brasil nos últimos anos já dá sinais de uma onda que se avizinha com vistas à

busca de melhores benefícios e políticas de ponta na gestão de pessoas. Os fundos de pensão têm condições de agir duplamente nesse cenário: como fomentadores de planos que oferecem proteção social adequada às necessidades desse novo contingente de trabalhadores e como investidores institucionais em projetos estratégicos que ofereçam bons retornos financeiros para os planos de benefícios e que contribuam para o crescimento econômico do Brasil.

Para tanto, a PREVIC (assim como a extinta SPC) tem utilizado como referências as melhores práticas adotadas pelos países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), bem como os demais órgãos de supervisão em várias esferas - mercado de capitais, financeiro, seguros e capitalização. A grande avenida a ser pavimentada é a consolidação da Supervisão Baseada em Risco (SBR). O Brasil deu um salto significativo nos últimos anos: estamos maiores e melhores. Não obstante os avanços, temos de considerar as lições tiradas da recente crise financeira que sacudiu o mundo. Nesse sentido, considerando o processo de realinhamento que certamente afetará as organizações nos próximos anos, devemos estar preparados para zelar pela saúde do sistema nas próximas décadas.”

O perfil do segmento

“O Brasil detém o oitavo maior sistema de previdência

complementar do mundo. São 370 entidades, com 1.037 planos previdenciários que atendem 6,6 milhões de pessoas - 2,53 milhões de participantes e 700 mil assistidos e pensionistas. Os planos têm 2.712 patrocinadores (em 1999, esse número girava em torno de 1.900) e ativos totais da ordem de R\$ 502 bilhões. Anualmente, o sistema destina R\$ 31,5 bilhões para pagamento de benefícios regulares. Mesmo em meio à crise financeira internacional, a rentabilidade nominal dos fundos de pensão brasileiros foi superior à das entidades de países membros da OCDE: em 2008, ficamos em - 1,27% e, em 2009, atingimos a marca de + 21,28%, enquanto as taxas nos planos nas nações da OCDE foram de -23% em 2008 e +3,5% em 2009.”

Dentro das entidades

“Os fundos devem agir em prol da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência de seus planos. Isso requer além de boa-fé, diligência, conhecimento, elevados padrões éticos e uma Política de Investimentos que respeite os limites estabelecidos pela legislação e reflita as movimentações do mercado. Na estrutura de governança das entidades, os conselheiros e diretores têm novos e maiores desafios nesse novo ambiente econômico, no sentido de equilibrar riscos e retornos considerando a provável redução da taxa de juros e a alteração do perfil da população brasileira em face do aumento da longevidade.”

Rentabilidade dos fundos de pensão no Brasil (%)

Acumulado Descrição	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2003 – 2009
Rentabilidade Nominal	27,05	20,05	17,85	23,60	21,31	-1,27	21,48	223,25
Taxa Mínima Atuarial (INPC+ 6% a.a.)	17,01	12,50	11,35	8,98	11,47	12,86	10,36	121,77
Rentabilidade Real	8,58	6,71	5,84	13,42	8,83	-14,29	10,08	42,82
Países da OCDE						-23	+3,5	

Fontes: Previc, IBGE, IPEA, Bovespa, FGV, Anbima, Cetip. Elaboração: Previc